



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC

**REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO**

Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Precatório nº \_\_\_\_\_

Posição na Listagem Unificada de Precatórios: \_\_\_\_\_

Autos do processo nº \_\_\_\_\_

Comarca de origem: \_\_\_\_\_ Vara: \_\_\_\_\_

1. (PREENCHER COM A QUALIFICAÇÃO COMPLETA - Nome(s) do(s) requerente(s) do precatório, estado civil, número do RG e CPF, endereço, etc), por meio de seu advogado (qualificação do advogado) que esta subscreve, vem formular a presente PROPOSTA DE ACORDO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PERANTE A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, em conformidade com o § 2º do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), com a Lei Municipal nº 7.124/2018, com o Decreto nº 35.486/2018 e com o Edital de Convocação.

2. Valor atualizado do Precatório:

Valor Total: R\$ \_\_\_\_\_ (COLOCAR VALOR EM NUMERAIS E POR EXTENSO).

Valor pertencente ao requerente: R\$ \_\_\_\_\_ (COLOCAR VALOR EM NUMERAIS E POR EXTENSO).



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

3. Natureza do Precatório (assinalar):

comum                       alimentar

4. Proposta de deságio (assinalar):

40%             35%             30%             25%             20%

5. Declaração:

Declaro, para todos os efeitos legais, que concordo com o valor apresentado e com o percentual a ser reduzido no caso de acordo e renuncio a qualquer pendência judicial ou administrativa, atual ou futura, em relação ao precatório nº \_\_\_\_\_.

Chapecó, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

<hr/> <p>(PREENCHER COM NOME DO REQUERENTE E Nº DO CPF)</p>	<hr/> <p>(PREENCHER COM O NOME DO ADVOGADO E Nº DA OAB)</p>
---	---

Concordância do cônjuge: \_\_\_\_\_

(PREENCHER COM O NOME COMPLETO DO CÔNJUGE E Nº DO CPF)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

DOCUMENTO	Marcar caso juntado
Certidão do TJSC com valor atualizado e indicação de todos os credores incluídos no precatório.	
Procuração com poderes específicos para celebrar acordo direto e renunciar direitos, assinada em menos de 1 ano, contado da publicação do Edital.	
Cópia da documentação de identidade do requerente.	
Cópia da documentação de identidade do cônjuge do requerente e da certidão de casamento atualizada ( <i>se for o caso</i> ).	
Comprovação do deferimento de privilégio de ordem nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, emitida pelo TJSC ( <i>se for o caso</i> ).	
Comprovação da titularidade do crédito quando não for o legitimado original e/ou esta depender de prova documental, devidamente homologado pelo TJSC ( <i>se for o caso</i> ).	
Comprovação da legitimidade do representante da pessoa jurídica requerente, nos termos do art. 75 do CPC e demais regulamentações ( <i>se for o caso</i> ).	
Comprovação da existência de débito a ser compensado na realização de acordo direto, nos termos do art. 7º do Decreto n. 35.486 ( <i>se for o caso</i> ).	
Declaração de anuência do(s) advogado(s) titular(es) dos honorários advocatícios contidos no precatório para realização de acordo quanto a estes ( <i>se for o caso</i> ).	
Comprovação da autorização legislativa do ente público credor interessado na celebração do acordo ( <i>se for o caso</i> )	